A CIDADE COMO BANCO DE DADOS:MÍDIAS ALGORÍTMICAS, ESTÉTICA GENERATIVA E GENTRIFICAÇÃO SIMBÓLICA

Jovani DALA, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, jvdalab@gmail.com

1. Introdução

A cidade contemporânea pulsa como uma vasta malha de capturas e recombinações, onde cada trajeto, gesto e fagulha de atenção se convertem em dados. Nesse regime de visibilidade permanente, o espaço urbano deixa de ser apenas matéria e memória para operar como uma interface que organiza o sensível por meio de métricas, predições e recomendações. A mediação algorítmica não se limita a registrar a vida urbana. Ela passa a orientar aquilo que pode ser visto e, sobretudo, como deve ser visto, compondo uma cosmética do cotidiano que aproxima experiência e publicidade, presença e cálculo, estética e governamentalidade. O horizonte que se abre é o de uma cidade-banco-de-dados que se auto representa para caber no enquadramento das plataformas, nas quais imagens, trajetos e avaliações tecem novas hierarquias de atenção e de valor simbólico (Rose, 2022; Boy & Uitermark, 2020).

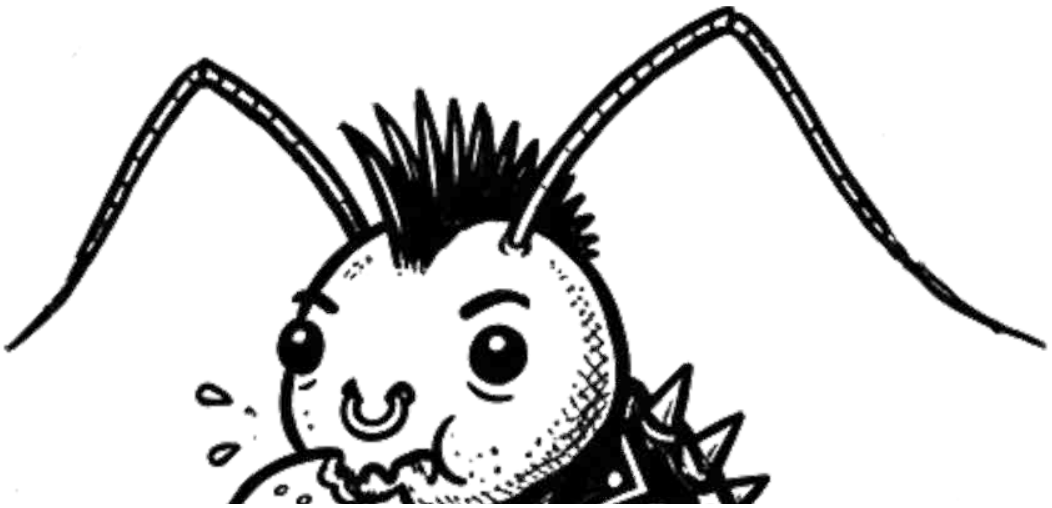
A promessa de uma inteligência distribuída que amplia repertórios criativos convive com a padronização silenciosa de repertórios visuais e afetivos. Como propõe Zylinska (2020, pp. 31-35), a inteligência artificial não cria do nada. Ela retorna, recombina e reforça o que aprendeu a reconhecer como desejável, modulando o olhar por probabilidades e tornando o improvável estatisticamente raro e, por isso mesmo, cada vez mais invisível. O resultado é uma estética generativa que multiplica imagens e ao mesmo tempo estreita os possíveis, produzindo superfícies de consenso onde o dissenso tende a ser tratado como ruído. O brilho tecnopoético que recobre as cidades funciona como uma camada de verniz que unifica relevos e histórias, transformando o espaço em um campo de previsibilidade que encoraja a repetição do que já performou bem nos circuitos da atenção e do engajamento (Bridle, 2018; Pasquinelli, 2023).

Nesse ambiente, plataformas como Instagram e TikTok não apenas mediatizam, mas compõem a própria gramática urbana. Análises desenvolvidas por Banks (2022) sobre a economia da atenção urbana e por Bronsvoort & Uitermark (2022) acerca da amplificação algorítmica da visibilidade mostram que ruas e bairros passam a operar como vitrines do consumo estético, nas quais certas imagens são continuamente premiadas com visibilidade enquanto outras permanecem fora de quadro. A cidade aprende, assim, a portar-se como influenciadora, disputando autenticidade por meio de marcações de lugar, trilhas sonoras recorrentes e curadorias automatizadas de humor e atmosfera. O que emerge é um sensoriamento do espaço que atua como pedagogia visual, indicando a forma correta de ver, o ângulo adequado de sentir e o tempo legítimo de permanecer, convertendo a experiência urbana em uma sequência de frames editáveis, admirados e descartáveis.

Essa economia do visível não acontece no vazio. Ela é atravessada por lógicas neoliberais de gestão e valorização do espaço que, desde as últimas décadas, transformaram a paisagem urbana em ativo simbólico e financeiro. A estetização das políticas urbanas, o marketing de lugares e a curadoria de experiências compõem dispositivos que articulam governança, investimento e desejo, frequentemente empurrando populações e memórias para fora de cena. A gentrificação deixa de ser apenas deslocamento físico e torna-se também reprogramação do sensível, um processo de substituição de signos e ritmos que naturaliza exclusões sob a forma de beleza e novidade (Harvey, 2005; Smith, 2002; Rolnik, 2015; Lindner & Sandoval, 2021). No limite, o próprio direito à cidade é filtrado por algoritmos que definem quais estéticas e narrativas merecem circular e quais devem permanecer periféricas.

Este artigo parte de uma hipótese simples e incômoda. A expansão da estética generativa e das mídias algorítmicas não é apenas um epifenômeno técnico, mas um projeto estético-político que reconfigura as formas de atenção, pertencimento e memória no urbano. Argumentamos que a cidade como banco de dados opera uma domesticação do imprevisível por meio da otimização do olhar, alinhando regimes de visibilidade às exigências da experiência-mercadoria e da circulação do capital simbólico. A discussão desenvolve-se em quatro movimentos articulados. Primeiro, delineamos a cidade-interface e seus mecanismos de mediatização e *geomídia* que organizam socialmente a experiência espacial. Em seguida, examinamos a estética generativa e seus circuitos de previsibilidade, interrogando as promessas de democratização criativa. No terceiro movimento, aproximamos estética e gentrificação simbólica para mostrar como a beleza pode operar como dispositivo de exclusão. Por fim, propomos pistas de desprogramação estética que recolocam erro, ruído e acaso como operadores críticos de presença no espaço comum, em diálogo com as reflexões sobre estética urbana digital desenvolvidas por Degen & Rose (2022). Essas pistas também se articulam às análises de Rose et al. (2021), ao evidenciarem a necessidade de imaginar outras políticas do sensível no interior das plataformas que hoje governam visual e afetivamente a experiência urbana.

Com essa trajetória, buscamos um duplo gesto. De um lado, desmontar os automatismos do visível que reduzem a vida urbana a um *feed* de imagens otimizadas. De outro, reencantar a experiência urbana pela reinstauração do inesperado, do contraditório e do compartilhável, recolocando a arte como prática capaz de friccionar métricas e devolver densidade à percepção. Entre cálculo e gesto, o que nos move é a pergunta sobre como habitar a cidade sem abdicar da incerteza que constitui a sua própria forma de vida.



2. Metodologia

A abordagem deste estudo é teórico-crítica e baseia-se em um percurso que articula referências da estética, da geografia urbana, da filosofia da técnica e dos estudos culturais contemporâneos. Propomos compreender a cidade como banco de dados não apenas a partir de sua dimensão tecnológica, mas sobretudo como construção simbólica e política, em que os fluxos de informação moldam formas de percepção, apropriação e exclusão.

A metodologia apoia-se na noção de invenção do cotidiano de De Certeau (1994) e na ideia de produção social do espaço de Lefebvre (1991, pp. 26-33), entendendo o urbano como território de disputas, onde o sensível é continuamente reconfigurado por relações de poder. Para compreender o corpo como mediador da experiência espacial, nos apoiaremos na leitura fenomenológica de Merleau-Ponty (1999), que nos permitirá pensar a percepção como prática estética, e não apenas como registro técnico.

A partir de autores como Canclini (2008) e Guerra (2022), o texto adota uma lente do Sul Global, reconhecendo que os algoritmos e as mídias digitais operam dentro de matrizes culturais e históricas desiguais. Tal perspectiva busca deslocar o foco das metrópoles euro-americanas para considerar como a colonialidade estética se reatualiza por meio das tecnologias de visibilidade, produzindo hierarquias simbólicas e apagamentos de memórias coletivas.

No campo da crítica das mídias e das tecnologias, o estudo dialoga com as contribuições de Zylinska (2020), Pasquinelli (2023) e Bridle (2018), que analisam as implicações éticas e políticas das imagens geradas por algoritmos e dos regimes de automação do olhar. Esses autores orientam a reflexão sobre a estética generativa como fenômeno que expande as possibilidades da criação, mas também aprofunda a padronização sensível ao reproduzir os desejos codificados em bancos de dados globais. A metodologia, nesse sentido, incorpora uma leitura hermenêutica das tecnologias, buscando compreender seus efeitos não apenas como ferramentas, mas como dispositivos culturais que reorganizam o campo do possível.

A pesquisa ancora-se ainda nas leituras contemporâneas sobre urbanismo digital e mediatização do espaço, com destaque para análises no campo da estética urbana digital (Degen & Rose, 2022) e para estudos sobre urbanismo de plataformas Rose et al. (2021) e por Boy & Uitermark (2020, 2024). O cruzamento entre esses referenciais teóricos permite uma abordagem complexa e crítica da cidade algorítmica, onde o visível é também um campo de disputa política.

Em termos de método, o artigo adota o ensaio como forma de pensamento, compreendendo a escrita como experiência estética e investigativa. Assim como o artista que observa a paisagem para além de seus contornos evidentes, o pesquisador é convidado a caminhar entre conceitos, a produzir encontros inesperados e a reconhecer o ruído como parte constitutiva da análise. Essa escolha metodológica não busca neutralidade, mas consciência situada: olhar a cidade desde o entrelugar de quem a habita, a interpreta e a transforma.

3. Cidade, algoritmo e estética da previsibilidade

A cidade, ao ser atravessada por fluxos de dados, deixa de ser apenas território físico para se tornar uma estrutura de informação contínua, um organismo pulsante que registra e projeta seus próprios gestos. Em vez de ruínas, acumula metadados; em lugar de fachadas, produz interfaces. Essa metamorfose transforma o espaço urbano em uma superfície legível e calculável, onde algoritmos medem, interpretam e antecipam os movimentos da vida cotidiana. Como descreve Rose (2022), o urbano contemporâneo se configura como uma ecologia mediada, na qual o sensível é processado e redistribuído por plataformas que determinam as formas possíveis de aparecer e de existir publicamente.

Essa lógica de previsibilidade remete à crítica de Milton Santos (2008, pp. 63-68), para quem o espaço é sempre construção social e campo de disputa entre racionalidades distintas. No regime atual, o controle simbólico e material da cidade migra para os sistemas técnicos que, ao quantificar gestos e emoções, reduzem a complexidade do urbano a um padrão previsível. O que antes se constituía como experiência compartilhada e imprevisível torna-se sequência de comportamentos administráveis. A cidade, então, perde parte de sua densidade sensível e passa a refletir a razão instrumental que a organiza.

O campo da experiência passa, assim, a ser intermediado por dispositivos de visibilidade que não apenas capturam a cidade, mas a fabricam enquanto imagem. Bronsvoort & Uitermark (2022) demonstram que o Instagram opera como uma infraestrutura estética que amplifica processos de gentrificação ao filtrar o olhar coletivo por meio de padrões de consumo visual. As ruas, tornadas palcos de performance social, são regidas por métricas de engajamento que determinam o que deve ser visto e o que será esquecido. O visível, longe de ser neutro, é resultado de um treinamento constante dos sentidos, orientado por algoritmos que premiam a repetição do desejável e penalizam o imprevisível.

A atenção, convertida em moeda simbólica, é o novo motor da paisagem urbana. Como analisa Banks (2022), as cidades comportam-se como influenciadoras, constroem narrativas de autenticidade, disputam curtidas e se autopromovem como experiências singulares dentro da lógica da economia da atenção. Essa urbanidade performática produz uma estética de vitrine que unifica o olhar e transforma o espaço público em catálogo. Ao mesmo tempo, reconfigura os modos de pertencimento, criando enclaves de visibilidade e zonas de invisibilidade que substituem as fronteiras materiais por fronteiras perceptivas.

Boy & Uitermark (2020, 2024) apontam que as plataformas digitais se tornaram agentes ativos na produção do espaço urbano, mediando relações de *status*, consumo e pertencimento. O algoritmo, nesse sentido, não é apenas uma ferramenta, mas um urbanista invisível, um arquiteto do sensível que organiza o olhar e distribui o desejo. A previsibilidade torna-se a nova forma de ordem, em que o que não pode ser previsto tende a desaparecer do campo de relevância. Essa transformação da cidade em banco de dados produz uma paisagem em que o ruído é tratado como erro e o acaso como falha de cálculo, apagando a potência do imprevisto que sempre constituiu a vitalidade urbana.

Zylinska (2020) chama atenção para o fato de que a inteligência artificial, ao criar imagens, opera sobre probabilidades e não sobre invenção pura. O que parece novo é, na verdade, uma recombinação do já existente, uma atualização do arquivo do previsível. Essa leitura é ampliada por Pasquinelli (2023, pp. 3-7) ao propor o conceito de olho do mestre, segundo o qual a visão algorítmica reproduz hierarquias coloniais de observação e classificação. A estética generativa, nesse contexto, revela-se como sintoma de uma cultura que prefere a simulação ao risco e a ordem ao estranhamento.

Esse cenário produz uma sensação de familiaridade contínua, um conforto visual que dissolve a diferença. A cidade se transforma em cenário de si mesma, onde cada gesto é antecipado e cada imagem é uma versão ligeiramente alterada de outra anterior. A repetição torna-se a gramática dominante, sustentada por uma rede de dados que aprende, corrige e retroalimenta seus próprios padrões. Como observa Bridle (2018), o perigo não está na presença das máquinas, mas na redução da imaginação humana ao campo do que é possível prever.

A estética da previsibilidade, portanto, não é apenas uma questão visual ou tecnológica. É uma política do sensível que redefine a própria ideia de cidade. O urbano, antes espaço de encontros improváveis e de heterogeneidade, passa a ser um sistema de cálculo em busca de estabilidade e legibilidade. O algoritmo, travestido de neutralidade, desenha um mapa afetivo que normaliza comportamentos e domestica a percepção. Frente a isso, o desafio que se coloca à arte e à reflexão crítica é o de reintroduzir o erro, o desvio e a incerteza, abrindo fendas na superfície lisa das imagens para que o acaso volte a habitar o espaço.

Somente quando a cidade volta a produzir ruído, e quando esse ruído é acolhido como parte de sua textura, torna-se possível escapar da lógica da repetição infinita. A estética do imprevisto, então, emerge como um ato de resistência à previsibilidade programada. Nesse gesto de reapropriação do sensível, a cidade deixa de ser banco de dados e volta a ser corpo, vulnerável, mutável e vivo.

4. Estética generativa e gentrificação simbólica

Nas paisagens do presente, a criação mediada por algoritmos apresenta-se como promessa de expansão do gesto humano. As imagens geradas por máquinas parecem abrir novas vias de imaginação, mas, ao mesmo tempo, revelam uma adesão silenciosa àquilo que já foi aprendido como belo. Como argumenta Zylinska (2020), a inteligência artificial não cria do nada, mas repete o que reconhece como desejável, rearranjando fragmentos do mundo num repertório de familiaridades visuais. O inédito torna-se, assim, a recombinação do previsível, expressão de um gosto dominante inscrito nos bancos de dados globais e reiterado como horizonte estético legítimo.

No campo urbano, essa estética encontra terreno fértil. O visível é tratado como superfície de embelezamento e a arte pública, antes força de dissenso, passa a integrar as estratégias de valorização imobiliária e de marketing territorial. O sensível torna-se instrumento de gestão, transformando a cidade em vitrine e a diferença em ornamento. O resultado é um urbanismo que estetiza o controle e reconfigura o espaço como experiência vendável, como se observa na Figura 1, em que o mural *RAFI die Erste* (Rua de Vilar, Porto, 2021) revela o modo como o muralismo é incorporado às estratégias de renovação urbana, servindo como fachada sensorial para políticas de requalificação e exclusão.



Figura 1. *RAFI die Erste*, Rua de Vilar, Porto (2021)
Fonte: Fotografia do acervo do autor

A captura do sensível pelos algoritmos não é neutra. Ela repete, sob nova forma, a lógica classificatória que estrutura a colonialidade do poder. Como argumenta Quijano (2000, pp. 533-538; 2007, pp. 168-173), a modernidade colonial construiu-se a partir da produção de hierarquias raciais, epistêmicas e estéticas que definiram quem podia ser reconhecido como sujeito e quem deveria permanecer nas margens do visível. Essa estrutura de dominação não desapareceu, apenas se atualiza nos modos contemporâneos de organização da percepção. O que antes era administrado pela razão colonial e pelo olhar europeu passa agora a ser reproduzido por sistemas algorítmicos que aprendem a ordenar o mundo segundo padrões de legibilidade herdados desse mesmo imaginário.

A cidade algorítmica torna-se, assim, uma extensão da matriz colonial. Ela reclassifica corpos, sons e imagens a partir de critérios de rentabilidade e visibilidade, convertendo o sensível em um território de controle. O dado substitui o encontro, e a probabilidade substitui a experiência. O que não se ajusta às métricas do reconhecimento é interpretado como ruído e eliminado do campo do perceptível. A colonialidade do poder reaparece, portanto, como colonialidade do sensível: uma forma de governar pela aparência, de hierarquizar afetos e de administrar a diferença através da estética, como se observa na Figura 2, onde o mural *RAFI die Erste* (Rua da Cedofeita, Porto, 2024) traduz essa lógica de estetização do controle ao transformar o espaço urbano em vitrine e o dissenso em decoração.



Figura 2. *RAFI die Erste*, Rua da Cedofeita, Porto (2024)
Fonte: Fotografia do acervo do autor

As cores vibrantes e o enquadramento preciso espelham o desejo de uma cidade que se quer instagramável, convertida em espetáculo de si mesma. Entre luzes e filtros, o urbano se transforma em cenário. A experiência coletiva é substituída por imagens que encenam a convivência, mas que, em essência, reforçam a separação. Degen & Rose (2022) descrevem essa nova estética urbana como um sistema atmosférico cuidadosamente projetado, onde arquitetura, publicidade e arte se confundem sob o mesmo regime de visibilidade. O espaço deixa de ser lugar de encontro e se torna campo de imersão sensorial controlado por algoritmos.

A neutralização do dissenso transforma o ruído em erro e o acaso em falha. A cidade é treinada para evitar o incômodo, e as plataformas, ao amplificarem certas imagens e silenciarem outras, consolidam uma pedagogia visual do consenso (Bronsvoort & Uitermark, 2022; Polson, 2024). O espaço comum se torna cada vez mais regulado por métricas que definem não apenas o que circula, mas o que deve ser esquecido.

Essa estética da pacificação simbólica não se limita ao plano visual. Ela modela comportamentos, expectativas e afetos. Ao se deixar guiar por previsões e métricas, o sensível aproxima-se da lógica estatística, substituindo a experiência pela eficiência. A beleza, agora quantificável, deixa de ser acontecimento para tornar-se cálculo. A crítica à colonialidade do poder, nesse contexto, converte-se também em crítica à colonialidade do olhar, pois define quem pode aparecer, de que modo, e sob quais condições, pode ser visto, como se observa na Figura 3, onde a Rua de Oliveira Monteiro (Porto, 2024) evidencia a transformação do cotidiano em cenário pré-programado para o olhar. A estética de consumo substitui a experiência comunitária, e o convívio se dissolve em imagem.



Figura 3. Rua de Oliveira Monteiro, Porto (2024)
Fonte: Fotografia do acervo do autor

Em meio a essa paisagem, o *graffiti* e o muralismo, outrora gestos de insubmissão, passam a operar como instrumentos de legitimação de políticas de regeneração. A arte é convocada para adornar a especulação e suavizar o impacto das remoções simbólicas. A gentrificação, que antes se dava pelo deslocamento físico, agora se infiltra nas formas de ver e sentir. O que está em disputa é o próprio direito à diferença estética.

Rolnik (2015) e Smith (2002) lembram que as disputas urbanas são também disputas simbólicas. Quando o espaço e a estética se alinham à lógica da valorização, o sensível é convertido em ativo e a experiência é privatizada. Resistir a essa transformação implica reabrir o campo da percepção, devolver espessura ao olhar e permitir que o ruído volte a atravessar o tecido urbano. Somente então a cidade poderá escapar da sua própria vitrine e reencontrar a dimensão viva e contraditória do comum.

5. Arte, ruído e desprogramação do sensível

Há sempre um resto que escapa aos cálculos da cidade. Mesmo nas paisagens mais controladas, mesmo quando os algoritmos desenham o caminho e as imagens são filtradas até a saturação, algo vibra nas margens, insistindo em não se deixar traduzir. Esse resíduo é o ruído: matéria viva, pulsação que resiste ao apagamento e devolve à experiência o espanto, o atrito, a incerteza. O ruído é o que impede o sensível de se tornar fórmula. É também o que recorda que a cidade continua sendo um corpo, com suas cicatrizes, seus silêncios e sua respiração subterrânea.

A arte, quando se aproxima desse ruído, deixa de operar sob o regime da transparência e passa a agir como desprogramação. Ela não busca corrigir o sistema, mas tencioná-lo por dentro, introduzindo falhas, erros e hesitações que desorganizam a suavidade da imagem digital. Ao contrário da lógica algorítmica, que se alimenta da previsibilidade, o gesto artístico é um campo de incerteza e invenção. Zylinska (2020) propõe pensar a arte algorítmica como espaço ético, não apenas como domínio técnico. O artista que cria com e contra a máquina abre fissuras no regime da automatização, produzindo zonas de indeterminação onde o olhar pode respirar novamente.

Essas zonas não são apenas visuais, mas também temporais. Cada falha, cada pausa, cada intervalo torna-se um acontecimento. O ruído, entendido aqui como excesso de sentido, é a irrupção do imprevisível na superfície do controle. Quando incorporado à prática artística, ele transforma a relação entre corpo, cidade e imagem. O artista que aceita o erro como matéria descobre no fracasso uma nova gramática de criação. O defeito torna-se ritmo, e o acaso, método, como se evidencia na Figura 4, que mostra um muro em erosão na Rua Formosa (Porto, 2024), onde as texturas irregulares dão a ver o tempo inscrito na matéria e tensionam a estética lisa da cidade digital.



Figura 4. Rua Formosa, Porto (2024)
Fonte: Fotografia do acervo do autor

Ao observar essas superfícies gastas, é possível perceber que o ruído não é ausência de forma, mas outro tipo de forma. É o registro do tempo sobre a matéria, uma inscrição lenta que escapa às dinâmicas da aceleração. Nas plataformas, o valor está na novidade; nos muros, o valor está na permanência. Essa tensão é o que faz da arte uma forma de resistência. Quando o artista se volta para o que é precário, incompleto ou fragmentário, ele propõe uma ética do inacabado, uma política da imperfeição que devolve à cidade sua dimensão de humanidade.

Nas práticas artísticas do Sul Global, o ruído ganha densidade política. Guerra (2023) descreve o fazer artístico como uma desobediência estética que desafia o regime da visibilidade hegemônica. É no gesto artesanal, na precariedade dos materiais e na invenção a partir da escassez que o sensível encontra novas formas de existir. A arte, nesse contexto, atua como contra arquitetura da percepção, desorganizando as escalas de valor impostas pelo algoritmo, como se observa na Figura 5, registrada na Rua da Torrinha (Porto, 2024), onde palavras fragmentadas e rasuradas emergem das paredes como murmúrios, afirmando a presença de corpos que insistem em habitar o invisível.



Figura 5. Rua da Torrinha, Porto (2024)
Fonte: Fotografia do acervo do autor

As duas imagens convidam à escuta do que a cidade tenta silenciar. Nos muros, o tempo escreve aquilo que o algoritmo apaga: o erro, o ruído e o gesto manual como persistências do imprevisível. O olhar já não busca a nitidez, mas o vestígio. O muro torna-se partitura do acaso e o ruído, sua melodia subterrânea. Nesse movimento, a arte devolve à paisagem urbana sua respiração, abrindo fendas onde ainda é possível ver e sentir fora do cálculo.

Ao tensionar a superfície do visível, essas imagens evidenciam o que Rose et al. (2021) descrevem como urbanismo das plataformas, no qual a visibilidade substitui a experiência e o valor do espaço se mede pelo olhar. Rodgers (2022) amplia essa leitura ao reconhecer nas visualizações locais e nos gestos micropolíticos formas de insurgência que resistem ao controle algorítmico. São pequenos atos de ruído que atravessam a paisagem digital e reintroduzem a presença no campo do sensível.

Essa relação entre percepção e mundo encontra ressonância na fenomenologia de Merleau-Ponty (1999), para quem perceber é participar de um tecido de relações, e o ver não é um ato isolado, mas uma troca contínua entre corpo e ambiente. Quando o artista acolhe essa reciprocidade, devolve à imagem sua espessura ontológica. Ver é tocar, e tocar é permitir-se ser tocado. A desprogramação do sensível, nesse sentido, é uma reeducação da presença, um convite a olhar com o corpo inteiro, a escutar o silêncio e a aceitar o inacabado como forma de vida.

O ruído deixa de ser um defeito para tornar-se uma forma de respiração. É o que impede a cidade de se fechar sobre si mesma, o que devolve ao espaço urbano sua dimensão de incerteza. No instante em que a arte acolhe essa pulsação indisciplinada, a cidade volta a existir como lugar e não apenas como dado. O ruído, ao atravessar o cálculo, recorda que o sensível não pode ser capturado por inteiro. O que escapa é também o que mantém a vida em movimento.

6. Considerações finais

A cidade, ao tornar-se banco de dados, transforma a experiência em índice e a memória em arquivo acessível. Cada gesto é quantificado, cada olhar registrado, cada som traduzido em padrão. Nesse regime de previsibilidade, o espaço urbano passa a funcionar como interface: sensível apenas na medida em que pode ser medido. A inteligência artificial, ao se apropriar das formas da vida, converte o cotidiano em modelo, substituindo o acaso pela simulação do acaso. O algoritmo aprende a imitar a espontaneidade, mas o que ele produz é a reprodução do mesmo, a ilusão do novo em um circuito fechado de referências. É nesse cenário que a arte reafirma sua potência de deslocamento. O gesto artístico, ao se insinuar nas fissuras do sistema, desorganiza a ordem do visível e recoloca o sensível como campo de disputa. Não se trata de rejeitar a técnica, mas de reapropriá-la, desviando suas finalidades e reconfigurando seus usos. Cada obra que insere o erro no lugar do cálculo, cada imagem que escapa ao enquadramento, cada som que perturba o silêncio da cidade automatizada reabre a possibilidade de uma escuta mais profunda do mundo.

O desafio da arte contemporânea está em reintroduzir a presença no coração da técnica. Assim como o ruído devolve à paisagem sonora a sua espessura, o gesto artístico devolve à cidade o seu corpo. Nas lacunas do algoritmo, ainda é possível descobrir fragmentos de humanidade, vestígios deixados por mãos que persistem em tocar a superfície do mundo e por olhares que se negam a ser reduzidos a meras estatísticas. Como nos lembra Lefebvre (1991), o espaço é sempre produto e produção, campo de forças em permanente disputa. Hoje, es-

sa disputa passa também pelo plano do sensível, onde a estética se converte em linguagem de poder. Resistir à gentrificação simbólica é, portanto, reinventar modos de ver e de sentir. A arte, ao criar ruídos, não busca restaurar uma pureza perdida, mas multiplicar as possibilidades de existência.

O ruído, a falha e a opacidade tornam-se, assim, princípios éticos e políticos. Eles interrompem a transparência do controle e devolvem ao comum sua densidade. Nas texturas das paredes, nos sons que se infiltram entre os prédios, nas imagens que se desfazem antes de se completarem, há um convite à desprogramação: desaprender a ver como máquina, reaprender a sentir como corpo. A cidade continuará a ser banco de dados, mas talvez possamos transformá-la também em partitura. Que o algoritmo, atravessado pela arte, possa deixar de operar como espelho e se torne campo de composição. E que o gesto artístico continue a devolver à vida aquilo que o cálculo não prevê: o erro, o ruído, o encontro.

Financiamento

Programa de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES DS).

Referências

Banks, D. A. (2022). The Attention Economy of Authentic Cities: How Cities Behave Like Influencers. *European Planning Studies*, 30(1), 195-209. https://doi.org/10.1080/09654313.2021.1889477

Boy, J. D., & Uitermark, J. (2020). Lifestyle Enclaves in the Instagram City? *Social Media + Society*, 6(3), 1-10. https://doi.org/10.1177/2056305120940698

Boy, J. D., & Uitermark, J. (2024). *On Display: Instagram, the Self and the City*. Oxford University Press.

Bridle, J. (2018). *New Dark Age: Technology and the End of the Future*. Verso.

Bronsvoort, I., & Uitermark, J. L. (2022). Seeing the Street through Instagram: Digital Platforms and the Amplification of Gentrification. *Urban Studies*, 59(14), 2857-2874. https://doi.org/10.1177/00420980211063214

Canclini, N. G. (2008). *A sociedade sem relato: Antropologia e estética da emergência*. UFMG.

De Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: Artes de fazer* (Vol. 1). Vozes.

Degen, M., & Rose, G. (2022). *The New Urban Aesthetic: Digital Experiences of Urban Change*. Bloomsbury Academic.

Guerra, P. (2022). Sul, Sertão e Flores: Uma propedêutica necessária para compreender as manifestações artísticas contemporâneas do Sul Global. *Anos 90*, 29, 1-15. https://doi.org/10.22456/1983-201X.120373

Guerra, P. (2023). DIY, Fanzines and Ecofeminism in the Global South: "This City is my Sister". *DIY, Alternative Cultures & Society*, 1(3). https://doi.org/10.1177/27538702231211062

Harvey, D. (2005). *O novo imperialismo* (M. M. M. P. Lins, Trad.). Loyola. (Trabalho original publicado em 2003).

Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space*. Blackwell.

Lindner, C., & Sandoval, G. F. (Eds.). (2021). *Aesthetics of Gentrification: Seductive Spaces and Exclusive Communities in the Neoliberal City*. Amsterdam University Press. https://doi.org/10.2307/j.ctv1jrtt1r

Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção* (C. A. R. de Moura, Trad., 2ª ed.). Martins Fontes.

Pasquinelli, M. (2023). *The Eye of the Master: A Social History of Artificial Intelligence*. Verso.

Polson, E. (2024). From the Tag to the #Hashtag: Street Art, Instagram, and Gentrification. *Space and Culture*, 27(1), 79-93. https://doi.org/10.1177/12063312221146542

Quijano, A. (2000). Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. *Nepantla: Views from South*, 1(3), 533-580.

Quijano, A. (2007). Colonialidade e modernidade/racionalidade. *Periferia*, 1(2), 109-130. https://doi.org/10.12957/periferia.2007.13202

Rodgers, S. (2022). Visualizing Locality Now: Objects, Practices and Environments of Social Media Imagery Around Urban Change. In G. Rose (Ed.), *Seeing the City Digitally: Processing Urban Space and Time* (pp. 207-232). Amsterdam University Press.

Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Boitempo. https://boitempoeditorial.com.br/produto/guerra-dos-lugares

Rose, G. (Ed.). (2022). *Seeing the City Digitally: Processing Urban Space and Time*. Amsterdam University Press.

Rose, G., Raghuram, P., & Watson, S. (2021). Platform Urbanism, Smartphone Applications and Valuing Data in a Smart City. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 46(1), 59-72. https://doi.org/10.1111/tran.12389

Santos, M. (2008). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.

Smith, N. (2002). New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy. *Antipode*, 34(3), 427-450. https://doi.org/10.1111/1467-8330.00249

Zylinska, J. (2020). *AI Art: Machine Visions and Warped Dreams*. Open Humanities Press.